

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.464 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2002

## Comissão examina propostas de combate ao narcotráfico

A Comissão Mista de Segurança Pública do Congresso Nacional vai discutir, em reunião marcada para hoje, às 17h, o relatório do grupo de trabalho que avaliou as propostas de combate ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Também deve ser concluída a votação do substitutivo que altera a Lei de Execução Penal.

PÁGINA 3



Célio Azeiteiro

Comissão de Educação decidirá em caráter terminativo sobre a proposta de classificação etária de espetáculos públicos e programas de TV

## Senadores discutem invasão da fazenda dos filhos de FHC

A invasão da fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique pelo MST e a desocupação promovida pela Polícia Federal foram debatidas ontem no Plenário. Artur da Távola disse que a retirada foi legal e feita sem violência. Pedro Simon classificou a invasão de “estúpida e ridícula”, mas criticou a “inoperância” da Abin e o rompimento do acordo para retirada sem prisões.

PÁGINA 4

## Lobão cobra dos presidentiáveis a defesa da Amazônia

O senador Edison Lobão cobrou dos candidatos à Presidência da República propostas objetivas para proteger a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da Floresta Amazônica. Citando cálculos de especialistas, ele afirmou que, em meio século, a região poderá fornecer ao país US\$ 1,28 trilhão por ano em recursos naturais e aproveitamento turístico.

PÁGINA 2

# Classificação etária na TV pode se tornar obrigatória

Projeto que deve ser votado hoje pela Comissão de Educação estabelece faixas de idade para todos os espetáculos públicos e programas de televisão. Objetivo do autor, senador João Alberto, é regulamentar o texto constitucional que trata do assunto.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

## Plenário e CCJ analisam regras sobre coligações

O Plenário analisa hoje projeto de decreto legislativo que susta a verticalização das coligações, determinada pelo TSE. Na CCJ, estará em exame proposta de emenda à Constituição que garante autonomia aos partidos para decidir sobre alianças.

PÁGINA 3

Plenário pode votar hoje projeto de decreto legislativo que suspende efeito da resolução do TSE

# Lobão quer defesa da biodiversidade nas plataformas dos presidencialistas

Senador apresentou dados sobre a importância do aproveitamento racional dos recursos amazônicos, justificando a inclusão do tema nos programas de todos os candidatos

O senador Edison Lobão (PFL-MA) cobrou dos candidatos a presidente da República a inclusão, em suas plataformas políticas, de propostas objetivas para a proteção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da Floresta Amazônica. O parlamentar citou cálculos de especialistas segundo os quais, em meio século, a região poderá fornecer ao país US\$ 1,28 trilhão por ano em recursos naturais e aproveitamento turístico – ou mais de duas vezes o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro atual – sem prejuízo a seus diversos ecossistemas.

Esses especialistas, informou o senador, prevêem uma renda, unicamente com o aproveitamento racional dos recursos naturais, de US\$ 650 bilhões com petróleo; US\$ 500 bilhões com medicamentos e cosméticos obtidos a partir de plantas da floresta; US\$ 50 bilhões com agricultura e extrati-



Edison Lobão ressaltou que a Amazônia continua sendo explorada de forma predatória

vismo; US\$ 50 bilhões com minério; US\$ 19 bilhões com carbono; US\$ 13 bilhões com turismo; e US\$ 3 bilhões com madeira.

– Entretanto, uma das grandes potencialidades locais concentra-se na biotecnologia, em que uma única molécula pode render ao dono da patente cerca de US\$ 10 milhões por ano, sem falar nos lucros exorbitantes de quem a comercializa – disse o senador.

Edison Lobão citou pesquisa com 164 plantas usadas pelos índios do Tocantins, desenvolvida atualmente pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas (Cebrid) da Universidade Federal de São Paulo. Ele destacou a preocupação do diretor do Cebrid, Elisaldo Carlini, de evitar o aproveitamento econômico indevido das descobertas e a preservação dos direitos dos índios na eventual comercialização dos

produtos derivados da pesquisa. Lembrando que a Amazônia começa em seu estado, o senador ressaltou que os métodos de exploração da floresta continuam sendo predatórios.

– Cortam-se, anualmente, 28 milhões de metros cúbicos de toras, cujo aproveitamento nas serrarias é de pouco mais de um terço. Infelizmente, 90% dessa madeira, quase toda obtida ilegal-

mente, são consumidos no Brasil sem qualquer tipo de controle – afirmou o parlamentar, ressaltando que só recentemente algumas firmas fundaram o Grupo de Compradores de Madeira Certificada, para dar preferência à produção legalizada.

Lobão também contestou informações de que a devastação na Floresta Amazônica estaria sendo controlada.

– Entre 1995 e 2000, a média foi de 1,9 milhão de hectares devastados por ano, segundo o pesquisador americano William Laurance, do Smithsonian Tropical Research Institute, e dois brasileiros do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), com base em imagens de monitoramento por satélite – relatou Edison Lobão.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que os brasileiros precisam perceber que a Amazônia, “longe de ser problema, é a grande riqueza que o Brasil pode ter”.

## Chega à Câmara PEC que defende Pantanal de MS

Já está na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados a proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) explicitando a referência ao Pantanal de Mato Grosso do Sul no art. 225 da Carta de 1988. Pelo dispositivo, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônios nacionais e só podem ser utilizados se assegurada a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

## Mozarildo pede inserção social do índio

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu, ontem, a adoção de medidas para inserir o índio na sociedade brasileira. Mozarildo considerou equivocada a atual política de demarcação de terras para os índios, pois eles são isolados “como num zoológico”.

– Já estão demarcadas 11% das terras brasileiras para os índios e eles permanecem tão desassistidos quanto antes. A Fundação Nacional do Índio evita dar autorizações para que as pessoas possam visitar as aldeias porque querem acobertar a penúria em que vive o índio brasileiro – disse o

senador.

Mozarildo propôs, como parte da política de inserção, dois projetos de sua autoria reservando 5% das vagas nas universidades federais, e o mesmo percentual nos concursos públicos, para os índios e seus descendentes.

Na opinião do senador por Roraima, é preciso dar condições para que o índio brasileiro progrida, “saia do jugo das entidades que o protegem e possa preencher o espaço que lhe cabe de direito na socie-



Índio deve ocupar seu lugar na sociedade, diz Mozarildo

dade brasileira”.

Como exemplo das ações afirmativas em defesa do índio que preconiza, Mozarildo citou a política que o governo de Roraima está seguindo, criando a Secretaria do Índio para cuidar desse assunto.

O estado, informou o senador, tem 7% da população indígena do país, e os cuidados de saúde e de educação que ela recebe partem do governo estadual.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 5/02, institui Gratificação por Execução de Mandados para carreira de Analista Judiciário – oficiais de Justiça – área judiciária – especialidade execução de mandados do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios; PDL nº 6/02, dispõe sobre as eleições gerais de 2002; PLC nº 152/01, dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); PLC nº 4/02, acrescenta incisos aos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PR nº 5/02, autoriza o Brasil a conceder garantia a operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco do Nordeste do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 240 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II); PR nº 7/02, autoriza o Brasil a conceder garantia a operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor equivalente a até US\$ 900 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 3/02, altera a redação dos artigos 4º, parágrafos 3º e 4º; 5º, V; 9º, 13, *caput*, 15, *caput*, 16 e 21; bem como revoga os artigos 8º e 43, todos da Resolução nº 43/01, que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; PR nº 4/02, altera o parágrafo 3º e revoga o parágrafo 4º do art. 2º da Resolução 40/01, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição federal; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Baía do Rio São Francisco; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o *caput* e os parágrafos 4º, 6º, II, e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); entre outras proposições.

### COMISSÕES

11h30 – Comissão de Educação

14h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

16h30 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

17h – Comissão Mista de Segurança

17h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

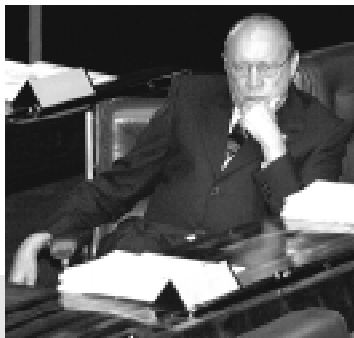
# Programação de TV pode ter classificação etária

Conforme projeto a ser votado hoje pela Comissão de Educação, o poder público deverá classificar todos os espetáculos públicos como livres ou inadequados para menores de 12, 14, 16 ou 18 anos. A proposta é relatada por Pedro Simon

A Comissão de Educação deve votar hoje, em decisão terminativa, projeto do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que torna obrigatória a classificação, por faixa etária, de todos os espetáculos públicos, incluindo os programas exibidos por emissoras de TV. Conforme a proposta, caberá ao poder público classificar previamente os programas de televisão, inclusive *trailers*, como livres ou inadequados para menores de 12, 14, 16 ou 18 anos de idade.

O projeto estabelece que os programas ao vivo também estarão sujeitos à prévia classificação horária e etária, quando considerados inadequados a crianças e adolescentes. Já os de indução ao sexo, como os de "tele-sexo", somente poderão ser exibidos entre meia-noite e 5h da manhã. Fitas de vídeo e DVD também estarão sujeitas à classificação.

O relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), é favo-



João Alberto Souza é autor do projeto que regulamenta texto constitucional

rável ao projeto, que, se acolhido pela comissão, seguirá para a Câmara, desde que não haja recurso para que o Plenário do Senado vote a matéria.

João Alberto observou que o objetivo do projeto é regulamentar o texto constitucional que disciplina a classificação, por faixa etária, dos espetáculos públicos. Em 2000, informou, o Ministério da Justiça, por meio de portaria, disciplinou os horários, mas a As-

sociação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) impetrou mandado de segurança junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu liminar suspendendo os efeitos do controle dos horários de exibição de programas, como determinava a portaria. O STJ entendeu que a classificação só poderia ser feita mediante lei federal. "É isso que estamos providenciando."

Os programas de televisão, de acordo com o projeto, terão a seguinte classificação: veiculação em qualquer horário (livre); programa não recomendado para menores de 12 anos (inadequado para antes das 20h); programa não recomendado para menores de 14 anos (inadequado para antes das 21h); programa não recomendado para menores de 16 anos (inadequado para antes das 22h); e programa não recomendado para menores de 18 anos (inadequado para antes das 23h).

## Plenário examina garantia de coligação

Os senadores devem votar na sessão plenária de hoje projeto de decreto legislativo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) sustentando o cumprimento, nas eleições deste ano, da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determina a verticalização das coligações partidárias em todo o país. O projeto, relatado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), terá o parecer proferido no momento da análise em Plenário.

A matéria vem provocando polêmica, pois, conforme o entendimento de muitos parlamentares, a decisão do TSE é extemporânea, ou seja, foi tomada fora de hora,

quando as alianças e acordos partidários com vistas às eleições já estavam em andamento.

Para o autor do projeto, o tribunal também exorbitou de suas atribuições normativas de regulamentar.

### RECESSO

Também constam da pauta de hoje outros 13 itens, entre eles seis propostas de emendas à Constituição (PECs). Três delas sugerem alterações no funcionamento do Congresso Nacional. Uma extingue o pagamento da parcela



Calheiros: decisão do TSE não deve valer para este ano

indenizatória para os períodos de convocação extraordinária. As outras duas alteram o período de recesso dos congressistas.

O recesso do final do ano vai de 16 de dezembro a 14 de fevereiro. O senador Paulo Hartung (PSB-ES),

autor de uma das emendas, sugere a data de recesso entre os dias 21 de dezembro e 1º de janeiro, além de um período de férias coletivas — a ser definido por projeto de resolução — para os parlamentares.

## Comissão analisa proposta contra decisão do TSE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina hoje, a partir das 16h30, proposta de emenda à Constituição que garante aos partidos políticos autonomia para definir suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade



José Fogaça é relator da emenda na Comissão de Justiça

de vinculação entre as candidaturas nacionais e estaduais.

De autoria da CCJ, a proposta que modifica dispositivo constitucional sobre partidos políticos

foi apresentada logo depois de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que torna obrigatória a verticalização das coligações, isto é, a reprodução, nos estados, das alianças firmadas nas eleições para presidente da República.

A proposta tem parecer favorável do senador José Fogaça (PPS-RS), na forma de substitutivo. Ele sustenta que a decisão do TSE contraria a Constitui-

ção, que deu aos partidos a natureza de entidades de direito privado, com ampla autonomia. "Nenhum órgão estatal pode ser fiscal da ideologia ou da coerência dos partidos", disse Fogaça.

### NEGROS

A comissão também analisará projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que destina 20% das vagas nas universidades e empregos públicos para a população afrodescendente. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), manifestou posição favorável à proposta.

## Relatório sobre projetos contra narcotráfico será conhecido hoje

Senadores e deputados da Comissão Mista de Segurança Pública têm reunião marcada para as 17h de hoje para conhecer o relatório do grupo de trabalho que examina as propostas destinadas a reprimir o narcotráfico, lavagem de dinheiro e crime organizado.

Entre as sugestões incorporadas pelo relatório está a inclusão dos crimes de "financiamento do terrorismo" e de "tráfico ilícito de órgãos ou pessoas" no rol dos crimes que antecedem a lavagem de dinheiro e que, por sua vez, geram bens, direitos ou valores ilegais, mas que são convertidos em dinheiro legal por serem utilizados em atividades econômicas ou financeiras regulares.

Figuram entre os crimes dessa natureza o tráfico de drogas, contrabando de armas, extorsão por seqüestro, venda de órgãos humanos e o próprio terrorismo, que já está previsto na lei atual.

Na proposta do grupo de trabalho, é atribuída ao Banco Central a responsabilidade pela manuten-

ção do cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras suspeitas de viabilizar a lavagem de dinheiro ilegal proveniente desse tipo de crime.

Mas os parlamentares querem deixar claro na legislação que toda e qualquer quebra de sigilo bancário e fiscal de pessoas suspeitas de envolvimento em atividades ilegais deve ser precedida de autorização judicial.

Atualmente, o Ministério da Fazenda pode — para agilizar ações de combate à dissimulação de bens, direitos e valores — propor a troca de informações sobre atividades financeiras de suspeitos, inclusive junto à Receita Federal.

### PROGRESSÃO

A comissão deve também concluir a votação do substitutivo do deputado Marcos Rolim (PT-RS) que altera os artigos da Lei de Execução Penal que tratam da revista dos presos e da progressão de regime de pena para condenados por crimes hediondos.

## TCU defende verbas para irrigação em Alagoas

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), convocou reunião para hoje, às 14h30, destinada a votar recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o projeto de irrigação do Rio Balsamo, em Palmeira dos Índios (AL), saia da lista de obras impedidas de receber verbas do Orçamento da União. Investigação do TCU encontrou três irregularidades nas obras, mas nenhuma trouxe prejuízos aos cofres públicos.

O projeto, para irrigar 1.100 hectares, exigirá R\$ 53 milhões. A União destinou às obras, no ano passado, R\$ 15,6 milhões. Inspeção do TCU constatou que as obras estavam se iniciando sem projeto de impacto ambiental do Instituto Brasileiro

do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e sem que o governo estadual ou a prefeitura de Palmeira dos Índios declarasse a área como de utilidade pública ou interesse social, para a desapropriação. E o contrato inicial das obras deixava por conta da empresa executora, e não de órgão público, as desapropriações.

Após a constatação dos problemas, a prefeitura se comprometeu a solucioná-los e assinou documento manifestando que não dará continuidade ao projeto enquanto tudo não estiver resolvido. Assim, o Tribunal de Contas da União recomenda ao Congresso que o projeto saia da lista de obras sob investigação. Se a comissão concordar, a irrigação com águas do Rio Balsamo voltará a receber verbas federais.

## Plebiscito sobre Alca volta a ser discutido

Complementação do voto favorável da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) que convoca plebiscito sobre o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será analisada hoje pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Emilia defende o adiamento, por 15 anos, da entrada do país na Alca, tempo necessário, diz, à preparação da economia brasileira para a concorrência de produtos norte-americanos.

Também está na pauta relatório do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) favorável ao Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente no Mercosul. Na mesma reunião, será apresentada a Declaração de Fortaleza, resultado do seminário internacional "O Mercosul, a Alca e o Endividamento Externo", realizado na capital cearense.

# Senadores debatem ação dos sem-terra

Em discursos no Plenário, o líder do governo, Artur da Távola, condenou a invasão do MST à fazenda da família do presidente da República, enquanto Pedro Simon, também reprovando o ato dos sem-terra, apontou inoperância da Abin, que a seu ver poderia ter evitado o episódio. Távola justificou a ação das forças públicas para

retirada dos invasores, afirmando que ato ilegal se combate dentro da lei, com serenidade. Simon disse ainda que, com as prisões, o governo deixou de respeitar acordo que permitiu a saída dos invasores. Em apertes, também se manifestaram Edison Lobão, Lindberg Cury, Antonio Carlos Valadares e Arlindo Porto.

## Távola classifica ato de ilegal e justifica operação para saída dos manifestantes

“Se o presidente da República deixa passivamente a casa ser invadida, está dando à nação a idéia de que a desordem se implanta neste país”, afirmou ontem, em discurso no Plenário, o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), ao condenar a invasão da fazenda Córrego da Ponte, no município de Buritis (MG), de propriedade dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso.



Távola: “Se as instituições não são respeitadas, acaba a ordem institucional”

O líder disse que o Estado brasileiro deu um exemplo na manhã de domingo, quando as forças públicas retiraram os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que ocupavam a fazenda. Ele enfatizou que a saída dos invasores foi feita sem nenhuma violência, no “império absoluto” da lei.

Távola observou que, mesmo com causas significativas e justas, nenhum movimento dispõe do privilégio de romper a lei, como fez o MST ao invadir a propriedade.

– Não é porque a causa é nobre que o ato ilegal se justifica. E ato ilegal se combate com serenidade, dentro da lei e com ordem – afirmou o senador.

## Senador cita medidas do governo no campo

Para mostrar que Fernando Henrique Cardoso vem fazendo objetivamente a reforma agrária, o líder Artur da Távola trouxe a Plenário números revelando que, nos últimos sete anos, 584,6 mil famílias foram assentadas em quase 20 milhões de hectares, com um investimento global de R\$ 13,2 bilhões.

Também disse que os assassinatos no campo diminuíram. De 180 em 1985, em 2000 foram registrados apenas dez assassinatos. Em sua opinião, isso mostra que cessou grande parte da tensão no campo, graças às medidas tomadas pelo governo.

Távola informou que as invasões de terra caíram da mesma forma. Em 1996, foram 397, para 157 invasões em 2001, o que, em sua opinião, mostra o quanto o problema vem sendo objetivamente resolvido.

Ele também disse que seria inaceitável o Estado não agir: “Imagine se o presidente da República, num país em que a autoridade é desafiada todos os dias pela marginalidade, aceitasse passivamente, para agradar a meia dúzia de exaltados, que a ordem não fosse cumprida a partir de sua casa”, acentuou o parlamentar.

Para o líder, as pessoas que invadiram a fazenda Córrego da Ponte cometeram uma ilegalidade e não levaram em conta que o país vive não apenas do governo, mas de suas instituições.

– Se as instituições não são respeitadas, acaba a ordem institucional do país. Qualquer democracia do mundo o é porque tem instituições fortes – alertou.

Artur da Távola afirmou que todo brasileiro que vive em insegurança, em razão dos índices de violência, se vê a casa dos filhos do presidente ser invadida sem uma providência, se sentirá ainda mais desprotegido. “A incolumidade da propriedade não existe porque pertence aos filhos do presidente, existe porque é um direito em si da propriedade”, observou.

Três senadores apartearam o discurso de Távola: Edison Lobão (PFL-MA), Lindberg Cury (PFL-DF) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Apoiando o líder do governo, Lobão disse que a reforma agrária, que até 1964 significava apenas 100 mil títulos de terra distribuídos, agora é um fato.

Lindberg Cury afirmou que o assentamento de 584,6 mil famílias “é um número que merece respeito”, embora não chegue ao efetivo conhecimento do público. Valadares questionou a foto publicada na imprensa com os invasores algemados e deitados no chão.

Definindo a cena como uma desumanidade, ele afirmou: “Assim como não apoiamos a invasão, não apoiamos esse ato”, ressaltou. Em resposta, Artur da Távola afirmou que ali “não houve violência, mas energia”.

## Pedro Simon condena a invasão e aponta inoperância da Abin

A atuação do governo federal no caso da invasão da fazenda dos filhos do presidente da República, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi criticada ontem, em pronunciamento no Plenário, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele responsabilizou o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, pela invasão, realizada no último sábado. Simon



Para Pedro Simon, o fato compromete a imagem do Movimento dos Sem Terra

classificou como injustificável a inoperância revelada pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), subordinada ao general Cardoso, que, segundo disse, já sabia, há 20 dias, da mobilização dos sem-terra.

– O que estavam fazendo os agentes da Abin? As famílias levaram de duas a três horas caminhando, até alcançarem a sede da fazenda. Antes, passaram em frente ao escritório da agência, que foi instalado na cidade próxima à propriedade, justamente para prevenir esse tipo de ação – afirmou.

Simon condenou a invasão, classifican-

do-a como “estúpida e ridícula”. Na sua opinião, o mais grave foi o governo haver rompido o acordo feito pelo ouvidor do Incra, Gercino José da Silva, com os sem-terra, para que se retirassem. Gercino teria acordado com os invasores que ninguém seria preso.

– No entanto, já tinham quase todos saído, quando a Polícia Federal pegou os 16 restantes e os prendeu, algemou e lançou no chão com a cara na terra barrenta. O gesto foi tão absurdo que o ouvidor e sua colega, a ouvidora adjunta do Incra, renunciaram no ato, pois foram desautorizados – relatou.

Apesar de haver aplaudido as declarações do presidente do PT, deputado José Dirceu, que condenou a invasão logo que soube do episódio, Simon notou a ausência dos senadores petistas no Plenário.

– Talvez eles não tenham vindo com receio de que o senador Artur da Távola lhes fizesse a pergunta sobre a invasão e eles não pudessem responder sem desagradar ao seus recém-aliados do Partido Liberal – lamentou com ironia o senador.

## Valadares critica “tratamento desumano”

Em aparte ao discurso do senador Pedro Simon, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que, assim como os integrantes do MST descumpriram a Constituição, o mesmo aconteceu com o governo, pela forma como foram presos e apareceram nas fotos dos jornais os 16 membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ao descrever a foto a que se referia, Valadares considerou “um tratamento desumano e degradante colocar trabalhadores deitados, com a cabeça enterrada na terra, com as mãos atrás das costas, algemados, em uma situação realmente humilhante”.

Em resposta, Pedro Simon leu trecho de declaração do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Melo, que diz ser inconcebível a forma como se deu a prisão, pois não se pode responder à

violência com outra violência, uma vez que a polícia é para preservar a ordem, não para humilhar.

Simon rebateu as críticas que lhe fez o líder do governo, Artur da Távola (PSDB-RJ), que disse ter o orador dedicado 25% do seu pronunciamento a condenar a invasão, enquanto utilizou os restantes 75% “em tomar eventuais contradições”. O senador pelo Rio Grande do Sul mencionou que Távola havia usado 100% do seu discurso na defesa, afirmando que, com seus 25%, era 125% de defesa, contra 75%. “A defesa está muito maior”, observou.

Simon concordou com o senador Arlindo Porto (PTB-MG) sobre a necessidade de as autoridades agirem com a mesma agilidade com que trataram do caso da fazenda dos filhos do presidente da República, quando as invasões envolvem pequenas propriedades no interior do país.